



# ASSEMBLEIA MUNICIPAL

DA

# COVILHÃ

ACTA N.º 02/2012

DA SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 27 DE ABRIL DE 2012

INICIADA ÀS 14 HORAS E 35 MINUTOS. CONCLUÍDA ÀS 19 HORAS E 25 MINUTOS.

---

<b>SUMÁRIO:</b>	<b>FL.</b>
- ABERTURA.....	<b>02</b>
- ANTES DA ORDEM DO DIA .....	<b>06</b>
- ORDEM DO DIA.....	<b>10</b>
- INTERVENÇÃO DO PÚBLICO.....	<b>16</b>
- ENCERRAMENTO.....	<b>16</b>

**ACTA N.º 02/ 2012**

**ABERTURA**

Aos vinte e sete dias do mês de Abril de dois mil e doze, nas instalações da Assembleia Municipal sitas na Rua do Castelo, em Covilhã, reuniu em Sessão Ordinária a Assembleia Municipal do Concelho da Covilhã, sob a presidência do Ex.mo Senhor **Victor Manuel Garcia Rebordão** com a seguinte

**ORDEM DE TRABALHOS**

**1. PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA**

**2. PERÍODO DA ORDEM DO DIA**

- 2.1** - Informação Escrita do Senhor Presidente da Câmara acerca da Actividade e Situação Financeira do Município;
- 2.2** - Conta de Gerência e Relatório de Actividades de 2011 da Câmara Municipal;
- 2.3** - Contas Consolidadas do Município – 2011;
- 2.4** - 1.ª Revisão ao Orçamento e Plano de Actividades do ano de 2012;
- 2.5** - Desafecção de parcela de terreno do Domínio Público para o Domínio Privado do Município;
- 2.6** - Relatório sobre o estado do Ambiente Acústico Municipal;
- 2.7** - Lei nº 8/2012 – Pagamentos e recebimentos em atraso em 31 de Dezembro de 2011.

A sessão foi secretariada pelo 1.º e 2.º Secretários, respectivamente Senhores Prof. Doutor António João dos Reis Rodrigues e Dra. Sara Cristina de Andrade Rodrigues dos Santos. ---

Responderam à chamada os Excelentíssimos Senhores: Dr. Luís Miguel Fonseca do Nascimento, Luís Filipe de Matos Pais, Dr. Carlos Manuel Casteleiro Alves, Dra. Maria do Rosário Figueiredo Gomes de Brito, Prof. Joaquim António Matias, Dra. Glória Maria da Conceição Fernandes Louro Ramos, Prof. Vítor Manuel Reis Silva, Eng.º Victor Manuel Abrantes Marques, Dr. Nelson António Mendes da Silva, Maria de Lurdes Pereira Batista Pinto Lourenço, Dra. Ana Maria Puebla Simões, Pedro Nuno Cunha Leitão, Rui Manuel Cruz Ferreira Amaro, Catarina Sofia Oliveira Ramos Mendes, Dra. Carla Marisa Pereira da Silva Marques, Dra. Sara Cristina de Andrade Rodrigues dos Santos, José Manuel dos Santos Santarém, Eng.º José Miguel Ribeiro de Oliveira, Dr. David José Carriço Raposo da Silva, Dra. Maria Filomena Palma Cordeiro Pires Figueiredo Gomes, Mário José Monteiro dos Santos Carriço, Isilda da Silva Barata, Romeu Miguel Serra Afonso, Dra. Mónica Cristina Cerqueira Ramôa, Francisco Manuel Rodrigues Moreira, Dra. Rosália Isabel Duarte Rodrigues, Dra. Merícia Maria Andrade dos Passos, Dr. Jorge Humberto Alves Saraiva, Hélder Miguel Correia Morais e os Excelentíssimos Senhores Presidentes de Junta de Freguesia: João Luís Martins Gomes (Aldeia de Souto), Jerónimo Carvalho Barata (Barco), Prof. José Joaquim Pinto de Almeida (Boidobra), José Manuel Escodenga Nunes (Canhoso), José Martins Carrola (Cantar – Galo), António Geraldes Ramos (Casegas), António Paulo Pereira Ranito (Conceição), Paulo Jorge Alves Rodrigues (Cortes do Meio), Carlos Francisco (Coutada), José Duarte Minhoto (Dominguiso), Enf. Paulo Jorge Canaveira Alves Tourais (Ferro), António José Gonçalves Pinto (Orjais), José Rito Agostinho (Ourondo), Leonor Cristina Adriano Lopes Cipriano (Paul), José do Nascimento Curto Costa (Peraboa), Fernando José Gonçalves Casteleira (Peso), António Manuel Garcia Rebordão (Santa Maria), Fausto Herculano Branco Baptista (S. Jorge da Beira), Dr. Victor Manuel Tomás Ferreira (São Martinho), Victor Manuel Garcia Rebordão (São Pedro), José Rafael Lourenço Ferreira (Sarzedo), Carlos Alberto Matos Mendes (Teixoso), Prof. Doutor Mário Lino Barata Raposo (Tortosendo), Prof. Doutor António João dos Reis Rodrigues (Unhais da Serra), Arménio Marques Matias (Vale Formoso), João Casteleira Ferreira (Vales do Rio), Armindo Fonseca Geraldes Rosa (Verdelhos) e Dr. João Paulo Gomes Batista Lopes (Vila do Carvalho). -----

Não compareceram os Excelentíssimos Senhores: **Dr. Carlos Manuel de Abreu Mendes Pereira, Eng.º Hélio Jorge Simões Fazendeiro, António Manuel Fernandes Pinto, José Luís Antunes Campos (Aldeia de S. Francisco de Assis), Enf. António Mendes Paulo (Erada) e Dr. Jorge Manuel Cruz Ramos Silva (Sobral de S. Miguel).** -----

Verificada a existência de “quórum”, o Excelentíssimo Presidente da Mesa deu por **iniciados os trabalhos da presente Sessão.** -----

**PRESENCAS DA CÂMARA**

--- Estiveram presentes: o Ex.mo Senhor Presidente da Câmara Municipal, os Senhores Vereadores: Prof. João Manuel Proença Esgalhado, Dr. Luís Manuel Fino Gil Barreiros, Dr. Pedro Miguel Abreu da Silva, Dr. Pedro Miguel dos Santos Farromba, Prof. Doutor João Carlos Ferreira Correia e a funcionária que apoia a Assembleia Municipal, Coordenadora Técnica Olinda Maria Alves Quintela Barata Carrola. -----

--- O Senhor 1.º Secretário informou que o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, por motivos profissionais, poderá chegar mais tarde. De seguida convidou a Senhora Dra. Sara Rodrigues para a Mesa. -----

**EXPEDIENTE**

- Ofício da Assembleia Municipal da Guarda a remeter a Moção que aprovou a manifestar a indignação perante o acelerado “interioricídio”;
- Ofício da Assembleia Municipal de Trancoso a remeter a Moção que aprovou, por unanimidade, contra a introdução de Portagens na A23 e A25;
- Ofício do Gabinete do Primeiro-Ministro a acusar a recepção das Moções, de Repúdio - Mapa Judiciário e Manutenção da Comarca da Covilhã, e a informar que o assunto foi transmitido para o Gabinete da Ministra da Justiça;
- Carta do Senhor Vereador Dr. Pedro Silva, Vereador em Permanência em regime de não exclusividade, a informar que é Sócio da Sociedade por Quotas in-U-Personal Empowerment.

**PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA**

**INTERVENÇÕES**

--- O Senhor Dr. Carlos Casteleiro referiu-se ao Serviço Nacional de Saúde (**doc.01**). -----

--- O Senhor Prof. Reis Silva apresentou uma Moção “Na defesa das Freguesias e do Poder Local Democrático” (**doc.02**). -----

--- O Senhor Dr. Miguel Nascimento disse que a Senhora Deputada Dra. Glória Ramos, tem uma intervenção neste sentido, pelo que lhe parece oportuno que lhe seja dada a palavra.

Disse, também, que a Moção do PCP lhe parece muito equilibrada e está expurgada de qualquer argumentário de luta político partidária. E porque lhe parece uma Moção ajustada, estará em condições de lhe ser agregado algum sentido. -----

--- O Senhor Prof. Joaquim Matias solicitou que fosse dada a palavra, também, ao Senhor Deputado Enf. Paulo Tourais que tem uma intervenção preparada nesse sentido, para ver se conseguem chegar a algum consenso. -----

--- A Senhora Dra. Glória Ramos referiu-se à Reorganização Administrativa do Território (**doc.03**). -----

--- O Senhor Enf. Paulo Tourais (Ferro) disse: “Venho aqui na qualidade de Presidente de Junta e, antes de apresentar esta Proposta (**doc.04**), pretendia dizer que existe uma Lei, que está aprovada na Assembleia da República e como tal é preciso dar-lhe cumprimento, que é a Lei 44/XII. Esta Assembleia, face a esta Lei, tem responsabilidades e tem que as assumir.

A Lei existe e vai ter que ser cumprida, e se nós não fizermos nada não obtemos a majoração, quer se concorde com ela ou não.

Parece-me, a mim, que se a Assembleia Municipal aprovar uma Proposta a dizer que não concorda, quem decidirá isto é a TROIKA. Portanto, era nesse sentido que eu pedia a marcação e a realização de uma Sessão Extraordinária”. -----

--- O Senhor Prof. Reis Silva propôs que a votação, da Moção e da Proposta, fosse feita em separado dado que vão em sentidos completamente opostos. -----

--- O Senhor Prof. Joaquim Matias apelou a que o assunto fosse bem ponderado para ser tomada uma posição, pela Assembleia Municipal, para que haja um documento, aprovado por unanimidade, que leve a que o Governo fique sensibilizado com a preocupação de todos. -----

--- O Senhor Dr. David Silva disse que aprovação da Moção pode ser entendido, pela Unidade Técnica, como uma primeira pronúncia e que irá inviabilizar qualquer proposta futura. Daí haver a necessidade da marcação de uma Assembleia Municipal com carácter de urgência. -----

--- O Senhor Dr. Miguel Nascimento disse que as duas Propostas não devem ser fundidas, porque são realidades distintas. E que, se à Moção, apresentada pelo PCP, forem retiradas as Freguesias da Cidade, a sua fusão já foi aprovada por este Órgão, votá-la-ão favoravelmente. -----

--- O Senhor Prof. Joaquim Matias disse: “Se, eventualmente, entenderem, o Partido Socialista e o Partido Comunista, avançar com a votação desta Proposta nós, lamentavelmente, apesar e não estarmos de acordo com a extinção das Freguesias não tomamos uma posição favorável relativamente à aprovação dessa Moção.

Apelava, mais uma vez, no sentido de podermos aprovar a Proposta, feita pelo Senhor Deputado Paulo Tourais, no sentido de com muita urgência convocar uma Assembleia Municipal e aqui analisarmos e discutirmos esta matéria, exclusivamente, e resolvermos isto a favor de uma resolução positiva para o Concelho da Covilhã”. -----

--- O Senhor Prof. Reis Silva referiu que a Bancada do PCP, de forma coerente, não podia apresentar outro tipo de Moção.

“Se eu estivesse no lugar dos Eleitos do PS e do PSD, nesta Assembleia, possivelmente poderia ou deveria apresentar uma Moção, salvaguardando as decisões anteriores, em qualquer âmbito de qualquer proposta de Lei.

A Lei nem sequer existe, nem sequer foi publicada, nem promulgada. A Lei ainda não foi promulgada pelo Senhor Presidente da República.

Agora, se o PS utilizar a Moção fazendo esta destrinça entre as Rurais e as Urbanas eu direi, desde já, que irei votar a favor da minha Proposta e irei votar contra a Proposta com essa nuance das Freguesias Urbanas e das Rurais.

Aquilo que eu apelo é que, não vamos ter pressa nas coisas, vamos ter alguma calma, porque a nossa posição é endereçada ao Senhor Presidente da República, à Associação Nacional de Municípios e é dirigida à ANAFRE. Não está lá a dizer que é para a Comissão Técnica. Não é posição final desta Assembleia”. -----

--- A Senhora Dra. Merícia Passos disse ser bom haver Manifestações e que as Moções apareçam, mas que são simplesmente intenções. Que é necessário convencer o Governo de que as Freguesias Rurais não devem sofrer qualquer fusão.

Concorda com a Proposta do Senhor Presidente da Junta de Freguesia do Ferro. -----

--- O Senhor Enf. Paulo Tourais (Ferro) disse que o que pretendem é um espaço privilegiado de reflexão para a resolução do problema e que a aceitação da Proposta do Senhor Deputado Prof. Reis Silva “é ou pode vir a ser uma primeira pronúncia”. -----

--- O Senhor João Casteleira Ferreira (Vales do Rio) referiu que é necessário fazer alguma coisa, porque se assim não for quem vai decidir é a Comissão Técnica. Por esse motivo vai votar a favor na Proposta apresentada pelo Senhor Enf. Paulo Tourais. -----

--- O Senhor Prof. Matias disse que mantêm a Proposta de marcação de uma Assembleia Municipal com carácter de urgência para discutir, exclusivamente, esta matéria. -----

--- O Senhor Dr. Miguel Nascimento disse que como a Bancada do PCP não anuiu ao seu pedido para expurgar a questão das Freguesias Urbanas, apresenta como Proposta alternativa:

“A Bancada do Partido Socialista, nesta Assembleia Municipal, manifesta a sua oposição à extinção de Freguesias Rurais no Concelho da Covilhã.

A Bancada do Partido Socialista, nesta Assembleia Municipal, mantém assim a coerência e a posição manifestadas na Assembleia Municipal da Covilhã que votou favoravelmente a fusão das Freguesias da Cidade da Covilhã.

Neste sentido o PS considera que esta Assembleia Municipal já deu o seu contributo para a Reforma da Reorganização Administrativa do País.

Voltamos, por isso, a reafirmar que estamos contra a extinção das Freguesias Rurais, no nosso Concelho”. -----

--- O Senhor Prof. Joaquim Matias referiu que a posição já manifestada, por esta Assembleia Municipal, foi em relação ao Livro Verde e não à “Lei 44/XII”.

Pelo que reafirma que seria mais coerente a realização de uma Sessão Extraordinária, onde todas as forças políticas pudessem dar o seu contributo para a elaboração de um documento que pretendem levar até ao Governo. -----

--- O Senhor Prof. Reis Silva disse: “A Lei não foi promulgada; a Lei não foi aprovada; porque é que estamos a discutir?

É uma Proposta de Lei!

A Lei, baixou à Comissão, terá que ser promulgada”.

Disse, também, que é necessário pressionar todas as Entidades, intervenientes no processo, no sentido de haver um recuo. -----

--- O Senhor Enf. Paulo Tourais (Ferro) disse: “Só para esclarecer o Senhor Deputado; a Lei foi aprovada no dia 13 de Março, na generalidade”. -----

--- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, em Exercício, informou que dado a existência de três Propostas, serão votadas em separado e denominadas pelas letras **A**, **B** e **C**. Correspondendo a letra **A** ao PCP, a letra **B** ao PS e a letra **C** ao PSD. -----

--- Colocada a Proposta **A** à votação foi a mesma **rejeitada com 38 votos contra (PSD), 4 votos a favor (PCP) e 13 abstenções (PS e CDS)** -----

--- Colocada a Proposta **B** à votação foi a mesma **rejeitada com 39 votos contra (PSD), 10 votos a favor (PS) e 5 abstenções (PCP, PS e CDS)**. -----

--- Colocada a Proposta **C** à votação foi a mesma **aprovada por maioria, com 40 votos favor (PSD e CDS), 4 votos contra (PCP) e 11 abstenções (PS)**. -----

Foram feitas Declarações de Voto:

- O Senhor Prof. Joaquim Matias: “Votámos contra, a Proposta apresentada pelo Partido Comunista Português, por entendermos que há divergências em relação àquilo que o Partido Comunista defendia, aquando da Assembleia Municipal em que discutimos o Livro Verde, para aquela que hoje é a realidade da Lei 44/XII.

Essa Proposta, segundo o nosso entendimento, não vem trazer uma mais-valia para que possamos defender, com coerência, a manutenção das Freguesias Rurais do Concelho da Covilhã.

Relativamente à Proposta que o Partido Socialista apresentou, nós votámos contra, exactamente, por entendermos que o documento mais viável, o documento que nos daria mais força, para que a manutenção das Freguesias Rurais se mantenha, no Concelho da Covilhã, é o passar por uma Assembleia Municipal Extraordinária em que todos, sem excepção, nos possamos pronunciar e possamos dar o nosso contributo para a elaboração de um documento que, na verdade, possa ser um elemento fundamental para a manutenção das Freguesias Rurais”. -----

- O Senhor Prof. Reis Silva: “Há uma coisa que eu preservo muito e que são os princípios que as pessoas têm e a coerência de posições.

E, o princípio da nossa Proposta, desde o início desta discussão das Freguesias, foi por várias razões que estão explicitadas na própria Moção.

Somos contra a extinção de Freguesias Rurais e Urbanas, porque consideramos que é o empobrecimento da Democracia, do Regime Democrático e é vedar a milhares de pessoas, como digo na Moção, a sua participação como Eleitos, como Membros legítimos de um Órgão Autárquico. Portanto, isto é empobrecer a Democracia, extinguir Freguesias e extinguir Órgãos.

A Proposta do PS é coerente com a votação anterior desta Assembleia, manteve o mesmo princípio, estão de acordo com a extinção das Freguesias Urbanas mas mantêm-se as Rurais. Tudo bem! É uma posição coerente. Uma posição coerente em relação com a posição anterior. Daí a nossa abstenção.

Agora, da posição daquilo que foi aprovado, nesta Assembleia, que foi a Proposta apresentada pelo Senhor Presidente da Junta de Freguesia do Ferro, eu quero-lhes dizer que há aqui muita falta de princípios, muita falta de coerência. É a minha opinião, tenho direito a ela. E, mais, espero que alguns Senhores Presidentes de Junta, que hoje votaram a favor, não venham mais tarde a sentir que, afinal de contas, foram imbuídos nesta tramóia, foram imbuídos na Proposta que pretende, no fundamental, implementar a Lei que foi aprovada na Assembleia”. -----

- O Senhor Fausto Baptista (S. Jorge da Beira): “Eu votei contra a Proposta da CDU porque, já há muito tempo que, sou a favor do ordenamento do território. Sou a favor da agregação de Freguesias. Não, se calhar, com régua e esquadro mas, com alguma contenção e algum cuidado”. -----

- A Senhora D. Isilda Barata (**doc.05**). -----

- O Senhor Dr. Carlos Casteleiro: “Eu gostaria de aqui explicar três ideias que, para nós, são fundamentais.

A primeira questão é a coerência que o Partido Comunista Português, mais uma vez, e como é seu timbre (tenho que lhe prestar esta homenagem), aqui apresentou.

A outra questão é a posição do PSD que eu não me vou pronunciar, minimamente, sobre a sua posição.

A terceira questão tem a ver com a posição do Partido Socialista. O Partido Socialista tem que ser coerente consigo próprio e nós já votámos aqui que, as Freguesias da Cidade seriam só uma.

E, a Covilhã, tem sido badalado em todos os órgãos de comunicação social, como um bom exemplo que seguiu, em relação a determinadas situações que estão relacionadas, nomeadamente com os Órgãos Autárquicos.

E, é evidente que nós também somos sensíveis a uma questão que foi fundamental nesta Assembleia. E não me esqueço de ver aqui o Senhor Presidente da Câmara Municipal da Covilhã, extremamente sensibilizado, defender e dizer, inclusivamente, que nenhuma Freguesia Rural devia desaparecer neste Concelho o que, com ele, nunca seria. Agora, vejam a contradição que seria nós estarmos aqui, como Assembleia, contra a Câmara Municipal da Covilhã. Nós tivemos problemas dentro do nosso próprio Partido. De facto dava ideia que estávamos de alma e coração com o Senhor Presidente da Câmara. Estamos em muitas coisas mas, noutras, não estamos. Agora, nesta, nós vamos ser coerentes até ao fim.

E o Partido Socialista, a nível Local e Nacional, disse muito claramente: nós somos contra qualquer extinção de alguma Freguesia Rural". -----

- O Senhor Francisco Moreira (**doc.06**). -----

### **ORDEM DE TRABALHOS**

--- Submetida a Ordem de Trabalhos à votação, foi a mesma **aprovada por maioria, com 53 votos a favor e 3 votos contra (PCP)**. Os Senhores Deputados do PCP justificaram o voto contra pelo facto de não constar, na Ordem de Trabalhos, o Período de Intervenção do Público. -----

### **PERÍODO DA ORDEM DO DIA**

#### **2.1 - INFORMAÇÃO ESCRITA DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA ACERCA DA ACTIVIDADE E SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MUNICÍPIO**

--- Foi presente a informação escrita do Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal, que faz parte integrante da presente acta, ficando, para os efeitos legais, arquivada em pasta própria. -----

--- O Senhor Prof. Reis Silva referiu: que a duração da obra, no processo de intervenção na Estrada Ourondo – Barroca Grande, está a penalizar as Populações; que as valetas e taludes, na Estrada Paul, Barco – Fundão, carecem de manutenção; para quando a resposta aos cerca de 600 requerimentos, entregues na Câmara Municipal por Cidadãos do Concelho, no sentido da redução dos valores na factura da água; quais as actividades desenvolvidas pela RUDE. -----

--- O Senhor Eng.<sup>o</sup> José Miguel Oliveira referiu: que regista com agrado aquilo que, a ser verdade, vem veiculado no Noticias da Covilhã sobre a posição do Senhor Presidente da Câmara em relação à BEIRAGÁS; solicitou informação sobre a mudança da ADC. -----

--- O Senhor Prof. Joaquim Matias felicitou o Senhor Presidente da Câmara Municipal pela sua eleição, como Presidente, para a Associação dos Eleitos de Montanha e disse que é um reconhecimento pelo percurso feito, não só nas Cidades de Montanha mas também como Autarca e defensor do Poder Autárquico. -----

--- A Senhora Dra. Mónica Ramôa apresentou uma Recomendação à Câmara (**doc.07**). --

--- O Senhor Pedro Leitão colocou questões sobre: Ponte Pedonal - quais os custos para a colocação de rede metálica; congratulou-se com a manutenção Mercado Municipal; Ascensor das Escadinhas de Santo André – qual o custo mensal de energia e manutenção; Edifício C em Vila do Carvalho – se já obteve o Visto do Tribunal de Contas relativo à capacidade de início da obra; Teatro Cine – se já foi feita alguma intervenção, quanto às falhas de segurança, para minimizar os riscos de frequência; Goldra – em que ponto se encontra a situação de reposição de muros; Escola dos Penedos Altos – se o projecto já foi concluído; PDM - se já estão a ser produzidos estudos para a sua elaboração; Escola C+S de S. Domingos - recomendou que não fosse retirada, das requalificações urgentes, a obra na via de acesso; Edifícios Recuperados no Centro Histórico – propôs que fosse estudada a hipótese de ser criado um piso para comércio e serviços com a possibilidade de os proprietários residirem no piso de cima. -----

--- A Senhora D. Isilda Barata perguntou se o processo da Barragem está bem encaminhado. -----

--- O Senhor Dr. Nelson Silva disse que o Silo Auto da Estação era uma necessidade da Zona Baixa da Cidade e solicitou que lhes fosse feita “uma apresentação da operação”. De seguida apresentou, à Mesa, um Requerimento a solicitar toda a documentação relativa à Barragem das Cortes (**doc.08**). -----

--- A Senhora D. Catarina Mendes felicitou a Câmara Municipal que, independentemente de estarmos num período de austeridade e alguns constrangimentos financeiros, deu apoio às Associações e Colectividades do Concelho.

Perguntou se todos os apoios solicitados foram aceites e no caso de algum o não ter sido quais os critérios de selecção. -----

--- O Senhor Presidente da Câmara Municipal respondeu às questões colocadas dizendo:

- Estrada Barroca Grande – está a ser feita essencialmente com recursos do Regimento de Engenharia de Espinho;

- BEIRAGÁS – A Assembleia da República criou a possibilidade dos Municípios lançarem taxas de utilização do subsolo. A Assembleia Municipal aprovou essa taxa. A BEIRAGÁS lançou 80Km de tubagens no subsolo, em terrenos do Município, tem que pagar a respectiva taxa. O custo dessa taxa deveria, em parte, ser assumido como risco do próprio negócio. Mas porque a BEIRAGÁS não quer assumir riscos imputa a taxa, na totalidade, aos clientes.

Referiu, também, que na última reunião de Câmara teve oportunidade de explicitar o seu pensamento sobre esta questão, em resposta a um Cidadão presente na reunião, cliente da BEIRAGÁS, que acusava a Empresa de andar a roubar os consumidores. Comentou que não ia tão longe (tendo desta forma rectificado o que vinha no jornal e não era exacto), mas compreendia a indignação dos consumidores, dada a desproporção entre o valor do bem fornecido, o gás, e a imputação da taxa de ocupação de subsolo.

A Entidade Reguladora foi alertada para a situação e ficou de fazer as suas diligências;

- Vai transmitir ao Senhor Eng.<sup>o</sup> Leopoldo para tratar do assunto referente aos silvados nas Bermas;

- Vão responder aos 600 Cidadãos que assinaram o abaixo-assinado sobre a água;

- RUDE está a praticar o Programa PRODER. Até ao final do Programa serão aplicados os cerca de 4 milhões de euros em pequenos projectos. Mas, como sempre, com utilidade para a nossa Região;

- ADC - nos últimos 20 anos foram transferidos para a ANIL cerca de um milhão e duzentos mil euros. Foi pedida a redução da renda, a ANIL não aceitou. Foi proposta a aquisição do edifício, a ANIL também recusou. Entretanto ficaram disponíveis instalações do Município e está a ser feita a mudança;

- Ponte Pedonal – incumbiu o Senhor Eng.<sup>o</sup> Leopoldo Santos de fazer chegar um relatório, ao Senhor Deputado Pedro Leitão, e de o informar sobre a energia gasta pelo Ascensor das Escadinhas de Santo André;

- Edifício C em Vila do Carvalho – foram cumpridos todos os preceitos e agora, que estão perante a iminência de ter a obra já próximo do Visto do Tribunal de Contas, o Governo decidiu que todos os projectos sem despesa, há seis meses, podem cair. “Estamos a meio da ponte. Tanto podemos garantir o projecto como podemos ficar sem ele, em termos de financiamento. Vamos ver se, depois, a Câmara tem alguma disponibilidade”;

- Teatro Cine – está a aguardar a aprovação da candidatura. Os riscos são mínimos. São os riscos de imperfeição de um edifício com 50 anos e não está fora de Lei;

- Goldra - os muros foram recuperados;

- Escola Penedos Altos - está à espera de recursos de Tesouraria;

- PDM até final do ano é possível que a primeira versão esteja revista;

- Edifícios Zona Histórica – Já lá existem alguns serviços e uma das últimas afectações é, nas Portas do Sol, onde vai ficar o Serviço de Reinserção Social. Aparecem poucas pessoas a quer uma habitação e simultaneamente um espaço para exercer uma actividade;

- Barragem - a declaração do impacto ambiental foi obtida há cerca de um mês. A obra foi candidatada ao POVT. Se a obra custar 28 milhões de euros será financiada em 14 pelo POVT, há um empréstimo do Banco Europeu de Investimento de 10 e a Câmara da Covilhã teve que apresentar uma declaração conforme dispõe de fundos. Foi constituída uma conta, em nome da Câmara Municipal da Covilhã – Barragem Penhas II, de 4 milhões de euros. Está a decorrer o processo de aquisição dos terrenos;

- Silo Auto da Estação – foi proposto à Empresa construtora a exploração daquele espaço por 25 anos. A Empresa não foi capaz de o por em funcionamento. O espaço estava a degradar-se, houve um diálogo com a Empresa e mandou-se fazer uma avaliação. A Câmara assumiu a responsabilidade daquele espaço com o objectivo de fazer a reconversão de toda aquela Zona, Bairro do Rodrigo à Estação, e de disponibilizar aos residentes um espaço de garagem, a um custo simbólico, e de apoio ao Tribunal;

- Colectividades - os pedidos de ajuda são analisados pelo histórico e pelas acções que pretendem desenvolver;

- Mega Agrupamentos – vão ser consultados os Directores dos Agrupamentos e outras Entidades e só depois a Câmara se pronunciará. -----

## 2.2 - CONTA DE GERÊNCIA E RELATÓRIO DE ACTIVIDADES DE 2011 DA CÂMARA MUNICIPAL

--- Na sequência da deliberação da Câmara Municipal, tomada na reunião de 13 de Abril de 2012, foi presente à Assembleia Municipal o assunto acima identificado, que lhe foi remetido para efeitos do disposto na alínea c), do n.º 2, do artigo 53.º, conjugado com a alínea e), do n.º 2, do artigo 64.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, através do ofício n.º 2521 de 2012.04.17 e seus anexos. -----

- Este documento que se dá como inteiramente reproduzido na presente acta, fica para todos os efeitos legais, arquivado em pasta própria existente para o efeito. -----

--- Submetido o assunto à apreciação, foram intervenientes os Senhores: Prof. Reis Silva (**doc.09**); Dr. Nelson Silva (**doc.10**) e o Senhor Presidente da Câmara Municipal informou que os próximos anos são de tranquilidade absoluta. A dívida da Câmara é de equilíbrio e que as obras em curso não pararam. Quantos a investimentos novos têm que ser bem ponderados. -----

--- Colocada a proposta da Câmara Municipal à votação – Conta **de Gerência e Relatório de Actividades de 2011 da Câmara Municipal**, foi a mesma **aprovada por maioria com 42 votos a favor (PSD, PS e CDS), 2 votos contra (PCP) e 11 abstenções (PS)**. -----

Foi feita Declaração de Voto

- Senhor Prof. Reis Silva: “É evidente que nós temos chamado a atenção da Câmara, ao longo desses anos, com a apresentação dos Relatórios e Contas. E, temos tido o mesmo cuidado, de chamar a atenção para as dificuldades existentes, mas tendo por base os próprios números, que são os números da Câmara. Chamar a atenção de que, na questão do Deve e do Haver (é o próprio documento de resultado de gestão que o indica, está cá!) as receitas ultrapassaram as despesas em 4 milhões, apesar de no documento anterior, ou na página anterior, diz que o resultado líquido da Conta de Gerência é negativo, de quatro milhões e setecentos e oitenta e um mil. Portanto, ou seja, é o jogo das amortizações e da valorização inflacionada do Património que dá, depois, aquilo que dá”. -----

### 2.3 - CONTAS CONSOLIDADAS DO MUNICÍPIO – 2011

--- Na sequência da deliberação da Câmara Municipal, tomada na reunião de 13 de Abril de 2012, foi presente à Assembleia Municipal o assunto acima identificado, que lhe foi remetido para efeitos do disposto no artigo 47.º, da Lei das Finanças Locais, através do ofício n.º 2522 de 2012.04.17 e seus anexos. -----

- Este documento que se dá como inteiramente reproduzido na presente acta, fica para todos os efeitos legais, arquivado em pasta própria existente para o efeito. -----

--- O Senhor Vereador Dr. Luís Barreiros fez uma apresentação em PowerPoint. -----

--- Submetido o assunto à apreciação, foram intervenientes os Senhores: Dr. Nelson Silva (**doc.11**) e o Senhor Vereador Dr. Luís Barreiros informou que a REGISTRELA é assumida pela ADC e as contas da ADC não vêm aqui porque a Câmara Municipal da Covilhã tem 51% e não 100%. -----

--- Colocada a proposta da Câmara Municipal à votação – **Contas Consolidadas do Município – 2011**, foi a mesma **aprovada por maioria com 36 votos a favor (PSD e CDS), 3 votos contra (PCP) e 8 abstenções (PS)**. -----

### 2.4 - 1.ª REVISÃO AO ORÇAMENTO E PLANO DE ACTIVIDADES DO ANO DE 2012

--- Na sequência da deliberação da Câmara Municipal, tomada na reunião de 20 de Abril de 2012, foi presente à Assembleia Municipal o assunto acima identificado, que lhe foi remetido para efeitos do disposto na alínea b), do n.º 2, do artigo 53.º, conjugado com as alíneas c), do n.º 2 e a), do n.º 6, do artigo 64.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, através do ofício n.º 2569 de 2012.04.20 e seus anexos. -----

- Este documento que se dá como inteiramente reproduzido na presente acta, fica para todos os efeitos legais, arquivado em pasta própria existente para o efeito. -----

--- Submetido o assunto à apreciação, foram intervenientes: o Senhor Prof. Reis Silva que perguntou se a afectação de verbas para aquisição de produtos alimentares é para alguma actividade a desenvolver ao nível do apoio social e o Senhor Presidente da Câmara Municipal informou que os Serviços Sociais do Município têm uma situação difícil para resolver, resultante de decisões que tomaram de apoios sociais para os quais não tinham base de sustentação. Como possuem uma Cantina a Câmara pensou afectar alguns recursos, para o seu relançamento, em termos de fornecimento de refeições. Esta situação não se concretizou porque os números da dívida são muito elevados. -----

--- Colocada a proposta da Câmara Municipal à votação – **1.ª Revisão ao Orçamento e Plano de Actividades do ano de 2012**, foi a mesma **aprovada por maioria com 44 votos a favor (PSD, PS e CDS) e 3 abstenções (PCP)**. -----

## 2.5 - DESAFECTAÇÃO DE PARCELA DE TERRENO DO DOMÍNIO PÚBLICO PARA O DOMÍNIO PRIVADO DO MUNICÍPIO

--- Na sequência da deliberação da Câmara Municipal, tomada na reunião de 20 de Abril de 2012, foi presente à Assembleia Municipal o assunto acima identificado, que lhe foi remetido para efeitos do disposto na alínea b), do n.º 4, do artigo 53.º, conjugado com a alínea a), do n.º 6, do artigo 64.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, através do ofício n.º 2570 de 2012.04.20 e seus anexos. -----

- Este documento que se dá como inteiramente reproduzido na presente acta, fica para todos os efeitos legais, arquivado em pasta própria existente para o efeito. -----

--- Submetido o assunto à apreciação, foram intervenientes: a Senhora Dra. Mónica Ramôa (**doc.12**); o Senhor Eng.º José Miguel Oliveira perguntou se esta parcela é para ser, posteriormente, alienada ou se é uma regularização urbanística e o Senhor Presidente da Câmara Municipal informou que o Quiosque é da Junta de Freguesia e por ela explorado. A ASAE exige uma licença, que não pode ser passada sem uma alteração do estatuto de titularidade do espaço onde se encontra o Quiosque e a esplanada. -----

--- Colocada a proposta da Câmara Municipal à votação – **Desafectação de Parcela de Terreno do Domínio Público para o Domínio Privado do Município**, foi a mesma **aprovada por maioria com 44 votos a favor (PSD, PS e CDS) e 3 votos contra (PCP)**.-

## 2.6 - RELATÓRIO SOBRE O ESTADO DO AMBIENTE ACÚSTICO MUNICIPAL;

--- Na sequência da deliberação da Câmara Municipal, tomada na reunião de 20 de Abril de 2012, foi presente à Assembleia Municipal o assunto acima identificado, que lhe foi remetido para efeitos do disposto no artigo 10.º, do Regulamento Geral do Ruído aprovado pelo Decreto-Lei n.º 9/07, de 17 de Janeiro, com as alterações introduzidas pela Declaração de Rectificação n.º 18/07, de 16 de Março e pelo Decreto-Lei n.º 278/07, de 1 de Agosto, através do ofício n.º 2571 de 2012.04.20. -----

- Este documento que se dá como inteiramente reproduzido na presente acta, fica para todos os efeitos legais, arquivado em pasta própria existente para o efeito. -----

--- A Assembleia tomou conhecimento. -----

**2.7 - LEI Nº 8/2012 – PAGAMENTOS E RECEBIMENTOS EM ATRASO  
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011**

--- Na sequência do ofício da Câmara Municipal, GAP-280/2012 de 30 de Março, foi presente à Assembleia Municipal o assunto acima identificado, que lhe foi remetido para efeitos do disposto na alínea c) do n.º 2, conjugado com o n.º 1, do artigo 15.º da Lei n.º 8/2012 de 21 de Fevereiro. -----

- Este documento que se dá como inteiramente reproduzido na presente acta, fica para todos os efeitos legais, arquivado em pasta própria existente para o efeito. -----

--- A Assembleia tomou conhecimento. -----

--- O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia, em Exercício, apresentou um Voto de Pesar pelo falecimento da Senhora D. Maria Alice Garcia e disse: "Uma Senhora que, muito deu ao Associativismo, serviu os Bombeiros Voluntários da Covilhã e também pertenceu a esta Assembleia. Eu pedia um minuto de silêncio para homenagear a Senhora". -----

**PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO**

--- Não houve intervenientes. -----

**ENCERRAMENTO DA SESSÃO**

--- O Senhor Presidente da Mesa, por se ter chegado ao fim dos trabalhos, deu por encerrada a Sessão, eram dezanove horas e vinte e cinco minutos, da qual se lavrou a presente acta que, para sua inteira validade e fé, no fim, vai ser assinada: -----

O Presidente em Exercício,

O 1.º Secretário,

O 2.º Secretário,

Coordenadora Técnica,